

REDAÇÃO

com Fernanda Pessoa



Rumo à estratégia perfeita:

Como escolher os tópicos frasais,
o teórico e os dados

Ficha 01



RUMO À ESTRATÉGIA PERFEITA: COMO ESCOLHER OS TÓPICOS FRASAIOS, O TEÓRICO E OS DADOS (01)

SUGESTÃO GERAL DE BONS TÓPICOS FRASAIOS DE ACORDO COM O TEMA:

- * Manipulação social historicamente programada (política, cultural, urbanística, de consumo, científica e ambiental)
 - * O perfil da educação brasileira a partir de uma manipulação social historicamente programada ou um sintoma de uma nação que foi educada (ou mal educada) para ser explorada
 - * Manutenção de raízes desiguais ou manutenção de um país historicamente excludente ou manutenção de uma estrutura de dominação imposta ao país ou construção cultural de dominação imposta ao país
- * Um ciclo socioeconômico pautado na persistência da desigualdade
- * Ausência de pertencimento nacional ou a existência de um nacionalismo apenas simbólico
- * Modernização pouco moderna
- * Manutenção de um paradoxo social
- * Analfabetismo (social, econômico, político, físico, cultural, urbanístico, de consumo, científico, tecnológico e ambiental)
- * Mercantilização de bens essenciais
- * Necessidade de fortalecimento dos ideais efetivamente republicanos ou necessidade de funcionar como elemento propulsor da cidadania ou necessidade de promover o acesso efetivo aos direitos constituídos
- * Desestruturação social
- * Naturalização do processo de exploração social, econômica, ambiental ou naturalização do processo de invisibilidade social, econômica, ambiental, política
- * Intervencionismo econômico
- * Predomínio de uma estrutura econômica excludente



EXPLICAÇÃO DE TODOS OS TÓPICOS FRASAIOS COM EXEMPLOS:

1. IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

Manipulação social historicamente programada

O que é?

Um modelo administrativo voltado à dominação como estratégia dos detentores de poder econômico para a manter a sociedade facilmente manipulada, com comportamentos previsíveis e sem ampla capacidade de mobilização social.

Exemplo de parágrafo:

Nesse sentido, observa-se que um intencional processo de manipulação social reflete na manutenção de uma nação, em grande parte, analfabeta. Mas, por que isso ainda acontece? Infelizmente, porque é fruto de um intenso projeto político e econômico pautado na persistência de um sistema de educação focado não em gerar um povo intelectual capaz de promover significativas mudanças no corpo coletivo, mas sim em formar uma mão de obra explorada voltada para a conservação de uma configuração tratada como “incivilizável”. Essa forma excludente de construção social é chamada pelo historiador José Murilo de Carvalho de “Cidadania Operária”, ou seja, uma cidadania “mínima” e voltada apenas a questões básicas, a qual faz com que situações extremamente perversas, como as de indivíduos incapacitados de ler e interpretar, perdurem. Desse modo, planeja-se perpetuar uma expressiva parcela da sociedade inapta a promover o “bê-a-bá” de qualquer contestação social e que ainda se submete a caóticas condições de miséria politicamente impostas.

Ícaro Tauam

Exemplo de parágrafo:

Nesse sentido, é fundamental entender que os baixos índices de participação popular no sistema político do país advêm de uma manipulação social historicamente programada. Isso ocorre, porque se percebe um modelo educacional ligado à dominação como uma estratégia dos detentores de poder para manter uma sociedade facilmente manipulada. Essa teoria foi estudada pelo economista Celso Furtado, no século XX, e permite perceber (ainda hoje) o quanto a privação do acesso ao conhecimento de qualidade forma um país, em sua maioria, com baixo poder crítico, alienado e ausente do processo de permanente construção. Essa alienação, no Brasil, é fruto de um Estado que prioriza uma sociedade alheia a ponto de, em um ano eleitoral, como foi 2022, conseguir fazer com que o foco de uma grande parte da população tenha sido não perder novamente para a Alemanha na Copa do Mundo, mesmo sendo eleições decisivas para o cenário democrático no país. Isso aconteceu sim e chama a atenção para uma sucessão de omissões. Como resultado dessas ausências, observa-se uma população exposta a condições degradantes que são diariamente naturalizadas.

Fernanda Pessoa (euzinha)

Exemplo de parágrafo:

Nesse sentido, é fundamental perceber que os baixos índices de participação popular no sistema político do país advêm de uma manipulação social historicamente programada. Isso ocorre, porque um modelo educacional ultrapassado, autoritário e excludente ainda é usado como uma estratégia dos detentores de poder, principalmente econômico, para a manutenção de uma sociedade facilmente manipulada. Essa teoria foi estudada pelo economista Celso Furtado e mostra o quanto a privação do acesso ao conhecimento de qualidade forma um país (em sua maioria) com baixo poder crítico, alienado e ausente do processo de permanente construção política. Como resultado dessas ausências, observa-se uma população que, em um ano eleitoral, como 2022, teve como maior foco a participação da seleção de futebol na Copa do Mundo no Catar e não percebeu, dentre outras graves questões, mais uma vez, a persistência de inúmeros cargos políticos repassados de pai para filho - quase como uma reprodução do sistema de capitania hereditária, que tendem a se repetir nas eleições de 2024: não é pessimismo, é ciclo histórico, por isso é urgente resolver.

Fernanda Pessoa (euzinha)

Exemplo de parágrafo:

Ademais, percebe-se que o principal entrave para que tantas pessoas no Brasil não se registrem é o perfil da educação brasileira (a partir de uma manipulação social historicamente programada), a qual tem como objetivo formar a população apenas como mão de obra. Isso acontece, porque, assim como teorizado pelo economista José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma "cidadania operária", a partir da qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é educada (ou mal educada) para ser objeto de exploração. Nesse sentido, devido a essa disfunção do sistema educacional, o maior contingente populacional não conhece seus direitos enquanto cidadão, como o de possuir um documento de registro civil. Assim, a partir dessa educação falha, forma-se um ciclo de desigualdades, observado no fato de o país ocupar o 8º lugar entre os mais desiguais do mundo, segundo o IBGE, já que, assim como afirmado pelo sociólogo Florestan Fernandes, "uma nação com acesso a uma educação de qualidade não sujeitaria seu povo a condições de precária cidadania", como observada a partir do alto número de pessoas sem o registro no país, por exemplo.

Giovanna da Silva Dias, 1000 na Redação do ENEM - 2021

TEMA: Enem 2022

Maria Isabelli – 980 ENEM – C1180

"O homem que nesta terra miserável vive entre feras, sente a inevitável vontade de também ser fera". Esse trecho do poema "Versos Íntimos", de Augusto dos Anjos, expõe o desejo velado que o ser humano apresenta de combater uma prática, por vezes, selvagem, com selvageria semelhante, mostrando a influência do determinismo social. Sem desconsiderar a subjetividade do poema, observa-se, de forma análoga, um retrato da construção socioeconômica do Brasil: a exploração indígena no período colonial, principalmente por portugueses e, após a Independência, os povos tradicionais têm sido devastados por brasileiros que priorizam lucro desmedido. A partir desse contexto, cabe analisar os principais impasses para a valorização dos povos tradicionais e de suas comunidades.

Com base nesse cenário, nota-se uma alienação programada que determina, equivocadamente, a segregação de comunidades tradicionais e que acarreta a sua invisibilização. De fato, é sabido que a Constituição garante a proteção dos povos originários e, com o suporte dos entes de proteção (como a Funai e a Fundação Palmares), deveria alcançar a todos.

No entanto, o que ocorre, na prática, é uma dominação disfarçada por um discurso sobre direitos conquistados, mas que ainda não são completamente efetivados. Essa análise, denominada colonialismo insidioso (disfarçado), estudada, inclusive, pelo sociólogo Boaventura de S. Santos, leva à conclusão de que uma minoria que detém o poder econômico prioriza a manutenção de práticas injustas e ultrapassadas, como o não reconhecimento da importância da relação sustentável dessas comunidades tradicionais, para assegurar uma posição de privilégios e manter o crescimento econômico. Assim, nota-se um nacionalismo seletivo que se manifesta a cada 4 anos em eventos de Copa do Mundo, por exemplo, mas silenciosa diariamente, frente à exploração desses povos, de fato, brasileiros.

Além disso, convém pontuar que a recorrência dessa desvalorização dos povos tradicionais gera uma apatia social e provoca um não envolvimento coletivo em prol da alteração dessa realidade. Nessa perspectiva, não há dúvidas de que há uma descredibilidade em relação ao Estado, já que ele, por omissão ou por negligência, não cumpre as diretrizes relativas à proteção dessas comunidades e, consequentemente, à Terra onde habitam. Dessa forma, tendo em vista que, no contexto atual, buscam-se justificativas para legitimar a exploração da terra e a expulsão desses povos, evidencia-se a dupla exploração, a qual Ailton Krenak (ambientalista e ativista brasileiro) aborda na teoria do mito da sustentabilidade. Essa falsa ideia de proteção fica evidente quando se analisam os dados da ONU, os quais revelam que o Brasil é o 4º país que mais mata ativistas ambientais no mundo. Logo, é nítida a contradição de um país que exalta a natureza em seu hino, mas mata quem quer preservá-la.

Portanto, é urgente que uma medida efetiva de valorização dos povos originários seja adotada. Para isso, é fundamental que o Ministério do Desenvolvimento Social mobilize as secretarias estaduais e as municipais e crie uma ação conjunta em prol do país, pois só com a união dessas esferas de poder poderá ser garantido o reconhecimento a essas comunidades. Tal ação ocorrerá por meio de uma “Campanha Nacional de Valorização dos Povos Tradicionais”, a fim de enumerar e conhecer as atividades das comunidades distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal. Afinal, é preciso subverter o sentido de “fera” em “Versos íntimos”: ao invés de atacar, proteger e valorizar as raízes do povo brasileiro.

2. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

O perfil da educação brasileira a partir de uma manipulação social historicamente programada ou um sintoma de uma nação que foi educada (ou mal educada) para ser explorada



O que é?

Um modelo educacional falho, o qual é usado como forma de manter a maior parte da sociedade facilmente manipulada, já que as reformas são apenas teóricas e não priorizam a construção do senso crítico. Isso ocorre, porque a privação do acesso ao conhecimento de qualidade mantém o país alienado, ausente do processo de permanente construção social e incapaz de romper com um sistema voltado à formação de mão de obra barata.

Exemplo de parágrafo:

Nesse sentido, é válido perceber o quanto a alarmante situação da fome é mais um sintoma de uma nação que foi educada (ou mal educada) para ser explorada. Isso ainda, ocorre, pois há a naturalização dos problemas sociais do país, inclusive, da fome, a qual é atenuada em uma tentativa de esconder a herança de desigualdade. Essa denúncia foi feita pelo geógrafo Josué de Castro, no século XX, mas é visivelmente atemporal e igualmente perversa. Com base nessa questão, nota-se que, nos atuais modelos de exploração e exportação de commodities, o neocolonialismo econômico vigora como padrão que submete os países de economia primária (dependentes e subdesenvolvidos) a um árduo império de fome. Dessa forma, não há espaço para contestações: o Brasil se revestiu de uma configuração social fundada na escravidão - egoísta e desigual - a qual, mesmo se comportando como independente há 200 anos, ainda tem seu “café,” cultivado por muitos, exposto nas mãos de uma minoria, e hoje (muito além da tela expressionista de Portinari) se mantém como desejo de 33 milhões de brasileiros que passam fome, segundo o IPEA.

Thúlio José



ANOTAÇÕES

Exemplo de parágrafo:

Diante desse contexto, é fundamental entender o quanto o perfil da educação brasileira frustra o enfrentamento da invisibilidade das cuidadoras brasileiras. Isso acontece, porque a educação do Brasil tem sido influenciada por uma mentalidade colonial retrógrada que não desenvolve, intencionalmente, uma identidade própria que seja capaz de romper com o sistema ultrapassado voltado à formação de mão de obra barata. Nesse sentido, nota-se que desvalorização em relação às cuidadoras brasileiras é somente um dos sintomas de uma nação que foi educada (ou mal-educada) para ser explorada a partir de um modelo de ensino extremamente arcaico, já que as reformas são apenas teóricas e não priorizam a construção do senso crítico, que é uma exigência óbvia do século XXI. Dessa forma, ao tomar como base os estudos da socióloga Eliane Brum, fica evidente que, à medida que o modelo educacional autoritário continua sendo usado como uma estratégia para manter a sociedade com uma mentalidade passadista e colonial, a precariedade do trabalho de cuidado, tratado como algo apto às mulheres, é naturalizada, mantendo-as privadas de oportunidades e de um futuro melhor.

Rafa Júnior - 980 ENEM 2023

Além disso, é inegável que a falta de desenvolvimento de uma educação socioemocional de qualidade, ainda na infância, afeta todas as áreas da vida, inclusive, a construção de um ideal de cidadania. Isso ocorre, porque, à medida que os estudantes são impulsionados a compreender e a perceber melhor as próprias emoções, eles se tornam mais seguros de si, das suas ações e, certamente, desenvolvem habilidades sociais mais conscientes, isto é, empatia, responsabilidade e pensamento crítico. Dessa forma, de maneira contrária ao que ocorre em países mais desenvolvidos socioeconomicamente, como a Finlândia - eleita, pela sexta vez consecutiva, país mais feliz do mundo, segundo a ONU -, a qual investe massivamente em uma educação socioemocional juvenil de qualidade, nota-se, no Brasil, indivíduos pouco engajados socialmente, em uma sociedade cada vez mais injusta, desigual e que não respeita as diferenças e os direitos humanos, o que destoa de um ideal de cidadania almejado.

TEMA: Desafios para concretizar a educação pública no Brasil Contemporâneo

Camila Lafayette

Rafael Sanzio, importante pintor do século XVI, imortalizou, na obra “Escola de Atenas”, o modelo de ensino proposto por Platão. O afresco pintado nas salas do Vaticano sintetiza, fielmente, a aura educativa respaldada pelo diálogo entre os saberes e pela liberdade de criação. Ainda que o Renascimento tenha ocorrido há mais de 500 anos, o período foi marcado por uma revolução racional (muito a frente dos tempos europeus) que se difere muito da atual situação educacional brasileira que, infelizmente, nada se parece com a escola da tela e, não por acaso, é representada melhor pela obra nacional “Abaporu”, de Tarsila do Amaral, a qual evoca a condição de não-pensante da população. A partir desse prisma, é importante analisar por que a educação do Brasil ainda não se alinhou aos moldes eficazes de ensino, a fim de propor uma medida, realmente, efetiva para melhorar tal questão.

Diante dessa perspectiva, é lúcido considerar que o problema da realidade acadêmica é a escassez de projetos voltados para a mobilização de recursos a favor de erradicar o tradicionalismo instrucional. De fato, há no Brasil um arcaísmo que não condiz com a renovação dos valores contemporâneos. Em outras palavras, a dificuldade de organização é perpetuada pois são encontrados professores do século XX, usando o modelo educativo pombalino do século XVIII para lidar com jovens do século XXI. Assim, é evidente que os adolescentes não estão imersos em uma educação horizontalizada e capaz de mostrar todas as esferas sociais como fundamentais para o desenvolvimento do intelecto, mas apenas são introduzidos ao sistema obsoleto que só serve para reproduzir pensamentos alheios às questões sociais. Logo, não adianta, por exemplo, o aluno defender a teoria dos Contratualistas - de forma clichê- nas redações escolares, se o senso crítico não é aprimorado para entender o real papel do cidadão e isso escancara o quanto a propagação de modelos prontos de escrita mantém a condição de ignorância na juventude que, cada vez mais, abstém-se do viés sociopolítico fundamental para a efetivação do tal Contrato Social.

Ademais, convém pontuar que o famoso “estágio” de subdesenvolvimento do Brasil é, na verdade, uma conjuntura católica de estagnação social que impede a sustentação da educação de qualidade. Sem dúvidas, quando o economista Celso Furtado disse, ainda no século XX, que o subdesenvolvimento é uma estratégia para manter o poder nas mãos de uma minoria, a intenção foi mostrar que a política nacional é um projeto perverso que não alavanca diversos setores sociais, gerando, inclusive, um abismo no ensino público. Desse modo, têm-se um país de desenvolvimento ilusório- haja vista que nenhuma Nação considerada hoje como potência já foi emergente-, conhecido por ser produtor de commodities, devido aos altos gastos em setores agrícolas, e não de conhecimento pois deixa à margem da capacidade intelectual cerca de 50 milhões de analfabetos e semianalfabetos (IBGE) que, em pleno 2022, ainda são colocados na situação de alienação para servirem como mão de obra barata, escassa de criticidade e submissa a qualquer tipo de injustiça por não se enquadrar nas exigências do mercado de trabalho (quase como o Curral Eleitoral da República Velha).

Portanto, nota-se que a educação brasileira deve ser concretizada com qualidade. Para isso, é função do Poder Executivo, na esfera federal, mais especificamente do Ministério da Educação, adequar o ensino público às reais demandas da geração atual. Isso acontecerá por meio da criação de um Projeto de Incentivo ao Currículo, o qual irá administrar melhor o setor educacional, potencializando o corpo docente para mostrar ao indivíduo versões educativas diferentes que valorizem o aspecto cognitivo, o senso crítico e a preparação digna para a vida em sociedade. Tal ação objetiva, a longo prazo, a existência de uma sociedade capaz de discutir os problemas coletivos, de sair da condição de ignorante e escolher um futuro com base nos seus ideais em vez de se manter em trabalhos precários por questão de sobrevivência. Afinal, é chegada a hora em que o conceito defendido por Rafael será palpável também para os brasileiros.

Exemplo de parágrafo (FP):

“Todos os animais são iguais, mas uns são mais iguais que outros”. Essa foi a definição encontrada por George Orwell, em **“A Revolução dos Bichos”**, para explicar a opressão de um sistema autoritário. Em 1945, o autor criticou a exploração perversa: os animais oprimidos, inicialmente defensores da libertação, tornaram-se opressores, inclusive, quanto ao usufruto de questões públicas para fins privados. No Brasil do século XXI, o abuso de poder concede um caráter atemporal ao texto de Orwell. Nesse sentido, é imprescindível entender o que motiva a manutenção de comportamentos corruptos no país e o impacto desse problema, a fim de que a sociedade brasileira não siga sendo animalizada.

Nesse sentido, é fundamental entender o quanto uma educação falha provoca baixos índices de participação popular no sistema político do país. **Isso ocorre, pois se** percebe um modelo educacional ligado à dominação como uma estratégia dos detentores de poder (principalmente econômico) para manter uma sociedade facilmente manipulada. Essa teoria foi estudada pelo economista **Celso Furtado, no final do século XX, mas ainda mostra, no auge do século XXI, o quanto** a privação do acesso ao conhecimento de qualidade forma um país - em sua maioria - com baixo poder crítico, alienado e ausente do processo de permanente construção política. **Como resultado dessas ausências, observa-se uma população exposta a condições degradantes** e a distopia de muitas obras literárias, **como “A revolução dos bichos”**, aqui, é a naturalização de um cenário real, o qual representa a persistência de graves problemas históricos. O grande problema é que, no Brasil, os bichos somos nós, não por escolha, mas por uma sociedade alheia a ponto de, em ano eleitoral, conseguir fazer com que a preocupação da maioria tenha sido não perder a 4ª temporada de “Emily em Paris”.

3. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:



Manutenção de raízes desiguais ou Manutenção de um país historicamente excludente ou Manutenção de uma estrutura de dominação imposta ao país ou Construção cultural de dominação imposta ao país

O que é?

É a existência de estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que marginalizaram certos grupos da população brasileira ao longo de sua história e ainda mantêm graves padrões de discriminação.

Essa exclusão é baseada em fatores como raça, etnia, classe social, gênero, religião e outras características sociais.

No contexto brasileiro, essa exclusão é marcada por eventos e políticas que perpetuam profundas desigualdades.

Exemplo de parágrafo:

Com base nesse cenário, é fundamental perceber que a insegurança alimentar cresce à medida que raízes desiguais são mantidas. Isso ocorre, porque, segundo o sociólogo Boaventura de S. Santos, há hoje uma espécie de “colonialismo insidioso”, ou seja, há uma forma de dominação ainda mais perversa, pois se disfarça em meio a conquistas sociais, como a Constituição de 1988, mas mantém a maior parte da sociedade dependente e explorada, já que muitos desses direitos ainda não são efetivados, por exemplo, o acesso à alimentação. A partir disso, nota-se a ampliação da vulnerabilidade, inclusive, alimentar, pois situações de extrema desigualdade se mantêm com o discurso de que “somos melhores do que há 100 anos ou de que estamos entre as 10 maiores economias mundiais”, como se essas questões representassem uma distribuição equitativa de recursos. Nesse sentido, uma parcela populacional (historicamente negligenciada) continua alheia à efetivação de direitos básicos. Assim, é até verdade que o país se mantém entre as maiores economias, segundo o FMI, mas, neste momento, 33 milhões de pessoas passam fome, segundo o IPEA, e isso deixa nítido o grave e desigual processo de distribuição.

Fernanda Pessoa (euzinha)

Exemplo de parágrafo:

Com base nesse cenário, é visível que a **construção de um país culturalmente excludente** repercute o enraizado estigma associado às pessoas pretas. Nessa perspectiva, observa-se que a sociedade brasileira é baseada em uma mentalidade profundamente colonial, em que raízes históricas de exclusão são pilares para a persistência de um “colonialismo insidioso”, ou seja, de uma espécie de dominação disfarçada e amparada na existência dos direitos constitucionais garantidos, mas não efetivados. Essa teoria, estudada pelo sociólogo Boaventura de S. Santos, demonstra que a nação mantém padrões ultrapassados de violência com a intenção de invisibilizar grupos minoritários, como os afro-descendentes. Desse modo, forma-se uma sociedade fundamentada em uma herança eurocêntrica a qual pressupõe que a cultura branca deve ser hegemônica em detrimento das “marias” e “joanas” que formam os muitos “brasis” dentro do Brasil.

Ícaro Tauam

Exemplo de parágrafo:

Nesse sentido, a centralização do acesso ao cinema é uma condição que persiste como sintoma de um país historicamente excludente. Sem dúvida, com a Independência do Brasil em 1822, por haver a permanência de uma dependência cultural e econômica em relação às economias centrais, notou-se a formação de um Estado (população, território e governo), mas não houve a construção de uma Nação (população com ideais coletivos). Tal questão vem sendo estudada pela historiadora Lilia Schwarcz e mostra o quanto essa relação de subordinação permanente gera graves consequências em muitos setores do país, inclusive, no artístico. Assim, infelizmente, os investimentos em produções cinematográficas são apresentados à população como um gasto para uma economia emergente reconhecida como produtora de commodities – produtos primários-, e não de conhecimento.

Com base nesse cenário, nota-se que as disparidades entre a qualidade de vida das diferentes classes sociais, muito além das questões econômicas, são respaldadas na construção cultural de dominação imposta ao país. Isso ocorre, porque “a ideia do subdesenvolvimento aparece como uma estratégia para a manutenção da exploração”, ou seja, os abismos sociais – característicos de uma economia emergente - são sustentados pela persistência do pensamento colonial no Brasil. Essa questão foi estudada pelo economista Celso Furtado, no final do século XX, e até hoje denuncia o fato de uma grande parte da organização social ainda depender dos seculares parâmetros exploradores, que categorizam quem está ou não emergindo. Dessa forma, sair da condição de explorado, torna-se um desafio que, assim como a Abolição da Escravidão, em 1888, vai muito além de uma “alforria”.

Fernanda Pessoa

Exemplo de parágrafo:

Com base nesse cenário, constata-se que os grandes problemas advindos da histórica desigualdade social, mais especificamente o _____, tem relação direta com a complexa trajetória da ausência de efetivação da cidadania no Brasil. Isso ocorre, pois, com base nos estudos do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, há uma espécie de “sociologia das ausências, isto é, há a construção de uma sociedade para quem é “normal” faltar tudo e essa naturalização funciona como um mecanismo de quem detém os poderes político, econômico e social no país dentro de um aspecto sociológico estrutural.

Exemplo de parágrafo:

Dante desse cenário, nota-se a permanência das diferenças sociais como uma ferramenta para manutenção do poder. **Isso acontece pois, como já afirmado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos**, “há uma normalização do estado de crise financeira no país utilizada como uma justificativa para cortes econômicos, altos índices de desemprego e de pobreza do Brasil”. Com isso, mantém-se, de um lado, uma classe para quem obedecer é a única maneira de sobreviver e, do outro lado, uma que continua a crescer e a afirmar uma crise generalizada (mas que só afeta a parte mais vulnerável da população, como sempre aconteceu). **Dessa forma, confirma-se uma situação de permanente anacronismo, já que, segundo o próprio Boaventura: “estar no mesmo mar não significa estar no mesmo barco”.**

Exemplo de parágrafo:

Nesse sentido, é inegável perceber, dentro do atual modelo civilizatório, o quanto a invisibilidade naturaliza o processo de exploração. **Isso ocorre, porque** as péssimas condições de trabalho no Brasil continuam a representar o resultado de uma nação que foi, de certa forma, educada (ou mal educada) para ser explorada, ou seja, desde o processo abolicionista, o povo brasileiro se mantém estritamente submetido a uma possível dominação, pois a **lei da Abolição da Escravidão de 1888** - tardia e conservadora em seu texto - deu o direito à liberdade sem a capacidade efetiva de ser livre. **Com base nisso**, o resultado é previsível: o surgimento de inúmeras ramificações que perpetuam um sistema análogo à escravidão. **Dessa**

forma, percebe-se uma história, que usa o mito de uma crise crônica como justificativa para a manutenção de um cenário caótico. **Essa questão foi estudada pelo economista Celso Furtado no século XX e hoje se mantém como uma estratégia de exploração capaz de escancarar o quanto atemporal é a distância entre a “Casa Grande” e a “Senzala” no país desrito como independente há 200 anos.**

Exemplo de parágrafo:

Ademais, é nítido que as dificuldades de promover um verdadeiro reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais ascendem à medida que raízes preconceituosas são mantidas. De fato, com base nos estudos da filósofa Sueli Carneiro, é perceptível a existência de um “epistemicídio brasileiro” na sociedade atual, ou seja, há uma negação da cultura e dos saberes de grupos subalternizados, a qual é ainda mais reforçada por setores midiáticos. Em outras palavras, apesar da complexidade de cultura dos povos tradicionais, o Brasil assume contornos monoculturais, uma vez que inferioriza e “sepulta” os saberes de tais grupos, cujas relações e produções, baseadas na relação harmônica com a natureza, destoam do modelo ocidental, capitalista e elitista. Logo, devido a um notório preconceito, os indivíduos tradicionais permanecem excluídos socialmente e com seus direitos negligenciados.

Carina Moura - Aluna nota 1000 no ENEM 2022

4. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

Um ciclo socioeconômico pautado na persistência da desigualdade

O que é?

Muitos dos problemas do Brasil, inclusive, _____, partem de um processo histórico de omissão ou de exploração cujo efeito traz de volta a recorrência desse grave problema.

A sociedade passou a aceitar a desigualdade socioeconômica como algo “inevitável”, mesmo quando essa condição é resultado de estruturas e de práticas sistêmicas. Em outras palavras, a desigualdade é vista como uma parte normal ou aceitável da ordem social, ao invés de algo que pode e deve ser questionado ou transformado.

Todos os problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil são cíclicos.

A naturalização da desigualdade não é orgânica ou espontânea, é socialmente construída e reforçada pelas condições materiais e, consequentemente, imateriais da sociedade, isto é, as estruturas sociais são fortemente influenciadas pelos interesses dos grupos dominantes da sociedade, principalmente, em países periféricos, como é o caso do Brasil.

A desigualdade social não é um fenômeno natural, mas é uma construção social, reforçada pelas condições materiais (como economia, distribuição de recursos, acesso à educação e saúde) e imateriais (como valores culturais, normas sociais, e ideologias).

Em outras palavras, as desigualdades não surgem de maneira espontânea na sociedade. Elas são criadas e mantidas pelas estruturas sociais e econômicas que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Essas estruturas sociais são moldadas pelos interesses dos grupos dominantes, ou seja, aqueles que detêm o poder econômico, político e social. Esses grupos têm interesse em manter o status quo, porque isso garante a continuidade de seus privilégios e do seu poder.

Nos países periféricos, como o Brasil, essas dinâmicas são ainda mais acentuadas. A periferia, no contexto global, refere-se a países que estão em uma posição subordinada no sistema econômico mundial, geralmente com economias dependentes e menos desenvolvidas. Nesse contexto, as desigualdades são exacerbadas pelas condições históricas e econômicas específicas desses países, onde as elites dominantes têm um papel significativo em perpetuar essas desigualdades para manter seus interesses.

É um fenômeno complexo, que não deve ser visto como inevitável ou natural, mas como um resultado das ações e das estruturas sociais.



5. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

Ausência de pertencimento nacional ou a existência de um nacionalismo apenas simbólico

O que é?

É um nacionalismo de uma parte da sociedade que justifica um patriotismo a partir dos símbolos nacionais, como a bandeira e o hino do país, mas não apresenta uma visão efetivamente coletiva para a diminuição das desigualdades sociais.

Exemplos de uso em diferentes parágrafos:

Nesse sentido, nota-se o quanto **um nacionalismo simbólico** é usado como forma de mascarar a grave situação de omissão social quanto a práticas coletivas para construção de um bem-estar social. Em outras palavras, uma parcela da sociedade justifica seu amor à pátria a partir da exibição dos símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, mas sem uma visão efetivamente coletiva, que seja capaz de colaborar para a retirada de milhares de pessoas da situação de vulnerabilidade e permitir o crescimento equitativo do país.

Nesse sentido, é fundamental perceber o quanto a **omissão social insidiosa (disfarçada)** é responsável por manter padrões desiguais e injustos de crescimento do país, inclusive, no processo de _____. Isso ocorre pois, muitas vezes, há a naturalização de um “**nacionalismo simbólico**”, ou seja, há a justificativa de amor à pátria a partir dos símbolos nacionais, como a bandeira e o hino nacional, mas sem uma visão efetivamente coletiva, que seja capaz de retirar milhares de pessoas da situação de vulnerabilidade e permitir o crescimento equitativo do país.

6. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

Modernização pouco moderna

O que é?

É um processo de modernização que, apesar de adotar características externas de modernidade, não atinge os princípios fundamentais de desenvolvimento equitativo, inclusivo e democrático. Essa expressão pode ser usada para criticar políticas e reformas que, embora sejam rotuladas como modernizadoras, perpetuam desigualdades, exclusão social e injustiças.

Em outras palavras, observa-se uma espécie de país com planos avançados para uma realidade ainda muito atrasada.

As características externas de modernidade se referem aos aspectos superficiais ou visíveis que são frequentemente associados ao progresso e desenvolvimento modernos, mas que podem não refletir uma modernização autêntica e sustentável.

7. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

Manutenção de um paradoxo social

O que é?

É a persistente situação de desigualdade em um país economicamente desenvolvido, mas socialmente negligente e pobre.

A “manutenção de um paradoxo social” no Brasil é a coexistência de características sociais, econômicas e culturais aparentemente contraditórias dentro da sociedade brasileira.



Exemplo de parágrafo:

Nesse sentido, é válido perceber que os alarmantes abismos sociais têm direta relação com a ampliação da criminalidade entre os jovens. Isso ocorre, porque a não garantia dos direitos sociais e a baixa oportunidade de ascensão socioeconômica (associada ao desemprego persistente) promovem uma geração de indivíduos sem maior perspectiva de futuro, que veem, muitas vezes, a violência como forma de superar a condição de vulnerabilidade. Tal questão não pode ser usada como uma forma de justificar o crime, mas ela explica o que tem sido responsável pela situação ainda mais caótica, principalmente, no espaço urbano. Assim, com mais de 60 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, em 2022, segundo o IBGE, nota-se o quanto a desigualdade social tem sido responsável pela naturalização da violência e mantém a ideia de que “o homem, que nesta terra miserável mora entre feras, sente inevitável necessidade de também ser fera”. Essa denúncia foi feita pelo poeta Augusto dos Anjos, no começo do século XX, mas é (visivelmente) atemporal.

Fernanda Pessoa

TEMA: A expansão do narcotráfico na conjuntura do Brasil

Maria Eduarda Bertoldo Lisboa

Nesse sentido, observa-se o quanto o anacronismo social condiciona o cenário de crescimento do tráfico de drogas. É evidente que a falta de oportunidades de ascensão socioeconômica e o aumento do desemprego possibilitam que, devido à situação de marginalização, muitos indivíduos encontrem no narcotráfico uma chance de superar a vulnerabilidade. Essa perspectiva é sustentada pelas palavras do escritor brasileiro Ariano Suassuna, que discorre sobre a dificuldade em enfrentar a injustiça secular, causadora da separação do Brasil em dois distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos. Dessa forma, percebe-se que tal questão não pode ser usada como justificativa, mas explica o que tem sido responsável pela introdução de muitos brasileiros (viventes do país dos despossuídos) no comércio ilícito de entorpecentes.

Não por acaso, mantém-se a ideia equivocada de que “o homem, que nesta terra miserável mora entre feras, sente inevitável necessidade de também ser fera”, denunciada pelo poeta Augusto dos Anjos ainda no começo do século XX, mas, visivelmente, atemporal.

8. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

ANALFABETISMO SOCIAL (político, cultural, econômico, de consumo, urbanístico, científico, tecnológico, ambiental, físico)

O que é?

É a manutenção do estado de ignorância de uma parte da população que não tem instrução mínima sobre os processos básicos associados ao seu papel enquanto ser social. Tal problema impede uma mobilização coletiva e mostra _____.

- * analfabetismo social
- * analfabetismo político
- * analfabetismo cultural
- * analfabetismo econômico
- * analfabetismo de consumo
- * analfabetismo urbanístico
- * analfabetismo científico
- * analfabetismo tecnológico
- * analfabetismo ambiental
- * analfabetismo físico

O conceito de “analfabetismo **social**” no Brasil se refere à incapacidade de amplos setores da população de compreender e engajar-se efetivamente nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas que afetam suas vidas.

Esse termo pode ser utilizado para descrever uma situação em que as pessoas, apesar de terem habilidades básicas de leitura e escrita, necessitam de um entendimento mais profundo e crítico sobre o funcionamento da sociedade e dos seus direitos como cidadãos.

O analfabetismo **social** é uma barreira significativa para o desenvolvimento pleno da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Abordar essa questão requer esforços abrangentes em educação, políticas públicas inclusivas, promoção de mídia independente e crítica e a criação de espaços para o diálogo e a participação cidadã.



9. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

Mercantilização de bens essenciais

O que é?

É o processo por meio do qual bens e serviços fundamentais para a vida humana são transformados em mercadorias, sujeitos às regras do mercado e disponíveis apenas para aqueles que podem pagar por eles.

É um problema grave por suas implicações sociais, econômicas e éticas, especialmente quando se trata de acesso a recursos que deveriam ser universais e garantidos para todos. Exemplo: acesso à água, saúde, educação, moradia e energia.

Exemplo no parágrafo:

Nesse sentido, nota-se haver a necessidade do lucro em um país cuja base é o capital, mas essa questão não pode permitir a negociação de bens fundamentais à vida, **como a água**. Consequentemente, quando algo é precificado, exclui-se uma parte da sociedade, seleciona quem pode ter acesso. Consequentemente, o abismo social é ampliado.

água, segurança, educação, lazer, alimentação de qualidade, dados pessoais, transporte, meio ambiente, moradia, saúde, trabalho, cultura...

Exemplo no parágrafo:

Nesse sentido, para entender a falta de recursos hídricos no país, percebe-se que a persistência dos problemas associados à seca pouco se limita às condições climáticas, tendo em vista que os esforços políticos são, sem dúvida, decisivos para a correção dessas carências. Isso ocorre pois há uma espécie de “mercantilização de bens essenciais”, ou seja, o Estado transforma o que é essencial para o indivíduo em produto e a maioria da população não tem como pagar (é o que acontece com a água, por exemplo). Essa questão contribui para a manutenção de um poder nutrido por estruturas de dominação, como o coronelismo e, por mais que essa seja uma das características da Primeira República, é notório que a “cultura da recompensa” ainda sobrevive na forma de se fazer política. Tal fato foi estudado pelo economista Celso Furtado, no final do século XX, e denuncia, ainda hoje, o quanto a vulnerabilidade das populações que sobrevivem à seca é mantida para que o populismo das “relações de favor” continue sendo uma estratégia de manutenção do poder.

10. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

Necessidade de fortalecimento dos ideais efetivamente republicanos ou

Necessidade de funcionar como elemento propulsor da cidadania

Necessidade de promover o acesso efetivo aos direitos constituídos



Nesse sentido, é fundamental entender o quanto o jornalismo profissional exerce uma função social importante por possuir, em sua essência, o potencial de fortalecer os ideais republicanos no Brasil. De fato, percebe-se que uma característica de governos autoritários é a construção de narrativas nacionais suavizadas (atenuadas) como forma de manter a maior parte da população distante dos problemas reais, por isso o acesso à informação de qualidade é um importante mecanismo para o fortalecimento social. A partir dessa questão, estudada pela historiadora brasileira Lilia Schwarcz, nota-se que, embora as raízes históricas sejam nutridas pelo autoritarismo, algumas profissões, como o jornalismo, são fundamentais em um país democrático com o objetivo de manter a população informada por meio da veracidade dos fatos. Um exemplo disso é que, segundo o FMI, o Brasil é uma das 20 maiores economias do mundo e, se tal posição explicita que não há falta de recursos financeiros, a veiculação de notícias associadas à escassez desses recursos se torna, no mínimo, questionável.

Com base nesse cenário, é fundamental entender o quanto atitudes coletivas podem funcionar como propulsoras da cidadania no país. **Nesse sentido, embora o Brasil esteja entre as 20 maiores economias mundiais, segundo o FMI**, não conseguiu aliar o crescimento econômico ao desenvolvimento social, de modo que muitos brasileiros, sobretudo os de baixa renda, não usufruem efetivamente dos direitos básicos previstos na **Constituição de 1988** (ainda muito idealizada). **A partir disso**, nota-se que as ações solidárias, como a realização de trabalho voluntário ou a doação de produtos essenciais, são imprescindíveis para auxiliar os indivíduos a desfrutar de uma vida mais digna. **Tal necessidade foi exposta de várias formas, inclusive, nas mobilizações coletivas, que aconteceram, em junho de 2022, em todos os estados do Brasil com a arrecadação de mantimentos para milhares de pessoas vítimas das intensas chuvas no Nordeste.**

11. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

Desestruturação social

Com base nesse cenário, percebe-se que a desestruturação da sociedade é um dos maiores efeitos do processo de alteração social. De fato, não há como hesitar: a configuração do espaço urbano provoca a criação de grupos isolados pelo medo e separados por muros literais como forma de exclusão entre quem fica fora ou dentro. Essa questão foi teorizada recentemente pelo psicanalista brasileiro Christian Dunker como sendo a “Lógica do Condomínio” e aborda o quanto o distanciamento das classes abastadas é proposital para que se isolem do suposto “perigo”, abstendo-se da real situação de desigualdade. Dessa forma, não por acaso, perpetua-se um sentimento de não pertencimento intensificado desde a Independência do Brasil, quando se criou um Estado, mas não se efetivou a formação de uma Nação (o que daria ao povo a possibilidade de participação na construção do país). Esses fatores transcendem a ficção naturalista de Aluísio Azevedo e hoje atingem mais de 17 milhões de moradores de aglomerados subnormais, segundo o Instituto Locomotiva.



12. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

Naturalização do processo de exploração social, econômica, ambiental ou
naturalização do processo de invisibilidade social, econômica, ambiental, política

A “naturalização do processo de exploração social” acontece quando práticas e relações de exploração, como a desigualdade, a opressão e a injustiça, são gradualmente percebidas como normais, inevitáveis ou “naturais” dentro de uma sociedade. Esse processo ocorre quando as estruturas sociais que perpetuam a exploração se tornam tão profundamente enraizadas e institucionalizadas que os indivíduos passam a aceitá-las como parte da ordem natural das coisas, em vez de reconhecê-las como construções sociais que podem e devem ser questionadas e transformados.

Essa naturalização é frequentemente promovida por ideologias dominantes, sistemas educacionais ultrapassados, mídias e outras formas de controle social. Esse processo torna difícil para as pessoas enxergarem as relações de exploração como algo que pode ser desafiado ou alterado, já que são ensinadas a vê-las como inalteráveis ou como resultado do funcionamento “natural” do mundo.

A naturalização da exploração social tem várias consequências. Ela enfraquece a capacidade das pessoas de criticar ou resistir ao sistema que as opprime. Isso pode levar à economia passiva das desigualdades sociais e à perpetuação de sistemas injustos, pois os indivíduos acreditam que não há alternativa viável ou que qualquer tentativa de mudança seria irrelevante.

A naturalização da exploração social é um processo pelo qual relações de poder desiguais e injustiças se tornam aceitas como parte da “natureza” das coisas, o que dificulta a conscientização e a mobilização para mudanças sociais profundas. É um mecanismo que sustenta a exploração ao silenciar a resistência e promover a acessibilidade passiva das desigualdades.

Exemplo no parágrafo:

Nesse sentido, é inegável perceber, dentro do atual modelo civilizatório, o quanto a invisibilidade naturaliza o processo de exploração. **Isso ocorre porque** as péssimas condições de trabalho no Brasil continuam a representar o resultado de uma nação que foi, de certa forma, educada (ou mal educada) para ser explorada, ou seja, desde o processo abolicionista, o povo brasileiro se mantém estritamente submetido a uma possível dominação, pois **a lei da Abolição da Escravidão de 1888** - tardia e conservadora em seu texto - deu o direito à liberdade sem a capacidade efetiva de ser livre. **Com base nisso**, o resultado é previsível: o surgimento de inúmeras ramificações que perpetuam um sistema análogo à escravidão. **Dessa forma**, percebe-se uma história, que usa o mito de uma crise crônica como justificativa para a manutenção de um cenário caótico. **Essa questão foi estudada pelo economista Celso Furtado no século XX e hoje se mantém como uma estratégia de exploração capaz de escancarar o quão atemporal é a distância entre a “Casa Grande” e a “Senzala” no país descrito como independente há 200 anos.**

Fernanda Pessoa

Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no brasil.

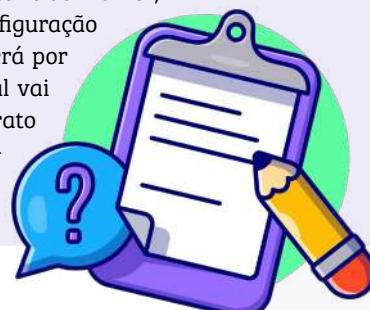
Thúlio José - Meu aluno nota 980 na Redação do ENEM

Sob autoria do geógrafo brasileiro Itamar Vieira Junior, "Torto Arado é um daqueles livros que é fácil dizer ser uma leitura obrigatória para conhecer um Brasil real. Tudo porque o escritor conduz o leitor para um lugar muito específico do país para adentrar no universo de mulheres cujas dificuldades atravessam gerações. Sem desconsiderar o caráter literário da obra, é nítido o quanto o sentimento de invisibilidade é degradante sim e, enquanto o trabalho análogo à escravidão foi responsável por tamanha invisibilidade no enredo do livro, hoje, no Brasil, o trabalho de cuidado realizado por mulheres segue a proporcionar assujeitamentos igualmente problemáticos. Com base nesse contexto e **ao se tratar que a literatura tem compromisso com a realidade**, é imprescindível uma discussão acerca dos motivos que contribuem para tamanho descaso.

Com base nesse cenário, é preciso admitir o quanto uma conjuntura pautada no "mito do subdesenvolvimento" é capaz de **naturalizar o processo de invisibilidade** do trabalho realizado por muitas brasileiras. De fato, ao perceber que nenhuma das economias mundiais descritas como desenvolvidas, as quais contam com políticas eficazes sobre o trabalho de cuidado realizado por mulheres - de forma ampla e menos desigual -, um dia foi categorizada como emergente, nota-se que muitos problemas do Brasil são fruto de um projeto arcaico de exploração e não de uma etapa para uma possível melhora. Tal questão foi estudada pelo economista Celso Furtado no século XX e denuncia ainda hoje o quanto a estagnação do país naturaliza várias formas de alheamentos de uma camada subjugada - desde a divisão sexual do trabalho, no século XIX, que se baseou na separação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, até os abusos em relação aos corpos femininos, seus tempos, suas capacidades e suas demandas na atual conjuntura trabalhista. E um fato. Dessa forma, percebe-se um contexto social historicamente problemático, o qual impera na manutenção de números baixos no que se refere à valorização adequada pela realização do trabalho (de cuidado) no Brasil.

Ademais, é nítido que a naturalização dos problemas sociais é um propulsor para elucidar o quanto a atividade de cuidado foi invisibilizada. Isso acontece, porque, como já estudado pela jornalista Daniela Arbex, em seu livro "Holocausto brasileiro", o descaso e o alheamento da sociedade perante os problemas que se repetem cotidianamente, como o abuso e a precariedade do trabalho de cuidado entendido como uma disposição natural das mulheres, causam uma "normalização" desse problema, o qual é internalizado pela sociedade e capaz de fazer com que esse infortúnio se torne apenas mais um entre tantos outros. O resultado? Uma indiferença social, aqui relacionada às atividades vinculadas ao cuidado, de uma forma geral, que colabora para a não mobilização coletiva, o que reduz a cobrança popular para uma possível solução desse cenário. Assim, normalizam-se percepções sociais em torno do papel da mulher, especialmente aquela relacionada ao cuidado como categoria de trabalho. Desse modo, a tolerância em torno da violência contra esse público se torna tão comum quanto as atuais assistentes virtuais (Alexa e Siri), programadas para performar certos construtos do gênero feminino e fortificar, inclusive, percepções sociais em torno do papel da subserviência da mulher no mercado de trabalho.

Portanto, é evidente que a invisibilidade perante o trabalho de cuidado fomenta um quadro de patologia hierárquica inaceitável. Assim, é fundamental que o Poder Executivo, mais especificamente o Ministério da Mulher, estimule um maior compartilhamento de informações sobre os perigos acoplados à configuração de baixa valorização (ou remuneração) do trabalho de cuidado. Tal iniciativa ocorrerá por meio da implantação de uma Campanha Nacional de Controle Previdenciário, o qual vai disponibilizar, em canais de fácil acesso, articulações verídicas e instrucionais sobre o tratamento da questão. Isso será feito, a fim de proporcionar conhecimento básico para o funcionamento harmonioso nos modos de remuneração e nos direitos a eles associados.



TEMA: Enem 2022

Thúlio José – 980 na Redação do ENEM – C1180

Rios voadores. Povos ameaçados. Árvores exuberantes. “Amazônia”: a potência da vida sobre a destruição. Essa exposição de Sebastião Salgado reúne fotografias nas quais a população vê escapar a vida diante de tanta exploração, ou seja, é uma sensível forma de reflexão, sobretudo, diante da valorização (ou da falta dela) em relação aos povos tradicionais do Brasil. **Nesse sentido**, tendo em vista que a imagem documental de Sebastião é um registro do que ainda existe, é imprescindível uma discussão acerca do que motiva esse insidioso alheamento diante de algumas comunidades.

Com base nesse cenário, nota-se, dentro do atual modelo civilizatório, o quanto a **sociedade globalizada facilitou a permanência da invisibilização** de muitos povos. De fato, desde o processo categorizado vaidosamente pelos portugueses como “descobrimento”, existe um modo de operação que subalterniza a existência de um espectro amplo de corpos que não se fazem caber nos moldes ditos como ideais - seja na forma de ser, de se vestir e, sobretudo, de consumir. Em outras palavras, alguns “brasis” dentro do Brasil (indígenas, quilombolas, caiçaras e aborígenes) continuam sendo violados e considerados inferiores e sub-humanos por destoarem da forma de vida imposta como “civilizada”, cujas configurações vivenciais orgânicas incomodam, principalmente, as grandes corporações que lucram com a hegemonia do mercado externo. Assim, percebe-se uma história cíclica, que hoje usa o mito da sustentabilidade como desculpa para a propagação de um cenário caótico, definido pelo ambientalista Ailton Krenak como “predatório e suicida”, o qual é usado como uma estratégia lucrativa que naturaliza a exclusão e é capaz de escancarar o quanto utópica parece ser a caminhada em uma estrada onde “passa boi e passa boiada”.

Ademais, à medida que o Brasil é gerido por uma nova face de um velho conceito, o país permanece em uma constante taxonomia cada vez mais desigual e os “filhos da terra” são encurralados por uma retenção invisível: a desvalorização. Isso acontece porque, com base nas ideias do historiador brasileiro Rodrigo Bione, autor do livro “Nós, Humanos”, o Brasil insiste em um estrutural modelo eugenista - retrógrado e desumano - o qual perpetua a classificação de pessoas como menos ou mais humanas, desconsiderando a genuína pluralidade biológica. O resultado? Uma conjuntura culturalmente chancelada, que subdivide pessoas a partir do uso grotesco de um pressuposto padrão ideal, no qual as exigências são porosas e os indivíduos podem ser facilmente reprovados, excluídos e esquecidos, em decorrência de violências sociais com nomenclaturas talvez mais sutis, mas igualmente perversas aos antigos modelos ramificados do darwinismo social. Dessa forma, nota-se hoje uma alienação programada em uma república pouco republicana, que difere e categoriza grupos em situação de extrema vulnerabilidade como cidadãos de segunda classe.

Portanto, nota-se que a negligência para uma camada culturalmente exposta afeta de maneira direta a estrutura primária de muitos brasileiros. Logo, é fundamental que **o Poder Executivo** - na esfera federal - **crie uma proposta de ampliação da verba orçamentária anual destinada à criação de campanhas de incentivo à valorização dos povos tradicionais do Brasil**. Tal proposta deverá ser efetivada por meio de uma votação feita por deputados federais e senadores, pois são responsáveis pela aprovação de alterações na Lei Orçamentária Anual. Isso deve ocorrer **a fim de reconfigurar um país que consiga, de fato, desenvolver um costume de empatia que permita disseminar um real sentimento de pertencimento arraigado na cultura brasileira**.

13. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL:

Intervencionismo econômico

O que é?

Intervencionismo econômico é a prática pela qual o governo ou outras entidades influenciam diretamente o funcionamento da economia, com o objetivo de regular, controlar ou direcionar suas atividades. Essa intervenção pode ocorrer de várias formas, como a implementação de políticas fiscais e monetárias, regulamentações de setores específicos, controle de preços, subsídios e, em alguns casos, por meio de nacionalizações ou privatizações.



TEMA: Recursos hídricos no Brasil: o que fazer para evitar a escassez

Idalina Campina

“Que céu! Que mar! Que rios! Que florestas! A natureza aqui perpetuamente em festa”. Esse trecho do poema parnasiano “A pátria”, de Olavo Bilac, exalta a riqueza natural brasileira, descrevendo-a como esplêndida e abundante. Todavia, o atual cenário contradiz a obra: recursos ambientais, sobretudo a água, estão, gradualmente, tornando-se escassos. A partir desse contexto, é fundamental analisar o motivador central da crise hídrica, bem como seu impacto econômico.

Nesse sentido, o alicerce principal da escassez hídrica é o intervencionismo econômico nas questões ambientais. Não há dúvidas de que o enfraquecimento da legislação ecológica, visando maximizar atividades monetárias, como a agricultura e o extrativismo, prejudica a infraestrutura natural, já que intensifica a exploração de recursos. Com efeito, ocorre uma modificação nas condições climáticas, a qual compromete o reabastecimento de água, gerando, gradualmente, seu

esgotamento. Desse modo, infere-se que essa política econômica nociva ao meio ambiente vai de encontro à Agenda 2030 - acordo assinado pelos países da ONU, incluindo o Brasil, que almejava o pleno desenvolvimento ecológico e a harmonia entre questões financeiras, ambientais e sociais.

Outrossim, a crise hídrica abala a estrutura econômica, afetando, sobretudo, as classes baixas. Isso acontece porque o pilar monetário do Brasil é a agricultura, além disso mais de 70% da matriz energética é produzida em hidrelétricas, logo a fonte de renda depende de condições climáticas. Sob essa óptica, é indubitável que uma escassez hídrica gera um péssimo cenário financeiro, o qual o aumento de preços recai sob produtos básicos, como alimentos e energia elétrica, deixando a população cada vez mais vulnerável à pobreza e à fome. Em suma, não por acaso, o Brasil lida com a pior inflação desde a criação do Plano Real, segundo dados de 2021 divulgados pelo IBGE, após a destruição de parte significativa da Floresta Amazônica em 2020.

Portanto, para inverter a crise ambiental, urge a necessidade de criar meios favoráveis ao reabastecimento hídrico. Logo, é fundamental que o Poder Executivo elabore uma proposta de ampliação orçamentária destinada aos programas de sustentabilidade e reflorestamento, os quais reconstroem e protegem a infraestrutura natural. Tal proposta deverá ser efetivada por meio de uma votação entre deputados e senadores, membros do Congresso Nacional - órgão responsável pela aprovação de alterações na Lei Orçamentária Anual -. Isso deverá acontecer, a fim de promover condições climáticas favoráveis ao ciclo das águas, estimulando as precipitações, de modo a alinhar necessidades ecológicas e econômicas.

14. OUTRA IDEIA PARA TÓPICO FRASAL: Predomínio de uma estrutura econômica excludente

O que é?

É a existência de um sistema econômico que gera e perpetua desigualdades sociais e econômicas e exclui uma parte significativa da população dos benefícios do crescimento econômico e das oportunidades de desenvolvimento. Essa exclusão ocorre em vários níveis, como na falta de acesso à educação de qualidade, ao emprego formal, à renda adequada, à saúde de qualidade e à falta de acesso a outros direitos sociais e econômicos.

Desigualdade de renda e riqueza:

No Brasil, uma pequena parcela da população detém a maior parte da riqueza e dos recursos, enquanto a maioria vive com rendas muito baixas. Essa concentração de riqueza limita o acesso da população a oportunidades econômicas e sociais.

Segmentação do mercado de trabalho:

Há uma forte divisão entre o trabalho formal e informal no Brasil. O trabalho informal, que não oferece segurança jurídica, benefícios trabalhistas ou previdenciários, é predominante para uma grande parte da população, principalmente entre os mais pobres.

Acesso desigual à educação e à saúde:

As oportunidades de acesso a uma educação de qualidade e a cuidados de saúde são fortemente influenciadas pela renda e pelo local de moradia. As populações mais pobres, muitas vezes, têm acesso limitado a escolas de qualidade e a serviços de saúde públicos, o que perpetua a exclusão social e econômica.

Barreiras estruturais ao empreendedorismo e à inclusão produtiva:

Em uma economia excludente, o acesso ao crédito, a apoio para pequenos negócios e à inclusão produtiva é muitas vezes limitado a pessoas de alta renda e grupos privilegiados. Os pequenos empreendedores das camadas mais baixas da população enfrentam dificuldades para crescer devido a barreiras como burocracia, falta de infraestrutura e falta de financiamento.

Distribuição espacial e regional das oportunidades:

As desigualdades também são evidentes na distribuição espacial dos recursos e oportunidades. Algumas regiões, como o Sudeste, recebem a maior parte dos investimentos e infraestrutura, enquanto outras, como o Norte e o Nordeste, permanecem com menos oportunidades de desenvolvimento.

Políticas públicas insuficientes ou inadequadas:

As políticas públicas nem sempre são suficientes para corrigir essas desigualdades estruturais. Programas sociais, como o Bolsa Família têm ajudado a mitigar a pobreza extrema, mas não abordam de maneira suficiente as raízes da exclusão econômica.



TEMA: Os impactos negativos da inteligência artificial

Ilka Keithe

Ainda no século XX, a ascensão de governos totalitários atuou na institucionalização da violência a partir do uso dos avanços tecnológicos (como é o caso da internet e das novas ferramentas bélicas) para promover a tentativa de extermínio de alguns grupos vulneráveis. Essa problemática, descrita por **Hannah Arendt**, na obra “**A Banalidade do Mal**”, apesar do lapso temporal, pode ser percebida na contemporaneidade, visto que as mais recentes manifestações da tecnologia – inclusive a I.A. – continuam a impactar negativamente a vida de milhares de pessoas. A partir desse contexto, é fundamental discutir as principais consequências da inteligência artificial tanto no cenário global quanto na realidade do Brasil.

Nessa perspectiva, o predomínio de uma estrutura econômica excludente se mostra como reflexo do uso da inteligência artificial. Isso ocorre, porque, com a otimização fornecida pelas ferramentas tecnológicas no sistema produtivo, o parâmetro de inserção na dinâmica econômica envolve padrões de desempenho e de produtividade humanamente inalcançáveis. E o resultado disso? Infelizmente a substituição da força produtiva “artesanal” pela máquina, ou, em outras palavras, o processo de “desumanização das metas”. Essa questão ocorre porque, em um cenário de maximização do lucro e, consequentemente, da produção, típico do atual modelo capitalista industrial, condições de duração e de eficiência alcançadas por robôs são impostas aos não-robôs. Tal ideia foi estudada por Jonathan Crary e é evidenciada pela organização de uma infraestrutura global (sustentada pelo uso da inteligência tecnológica) de incentivo não só ao trabalho, mas também ao consumo contínuo de forma artificial.

Além disso, a aplicabilidade da inteligência artificial na sociedade brasileira reflete na consolidação de uma nova forma de controle talvez mais sutil, mas igualmente perversa. Em outras palavras, o modelo de regime de informação, sustentado pelas atuais ferramentas tecnológicas, determina decisivamente, por meio da interpretação dos dados dos usuários, processos sociais, econômicos e políticos. Tal teoria foi discutida, inclusive, pelo sociólogo Byung-Chul Han, que defende que as pessoas não se sentem vigiadas e manipuladas, ao contrário, sentem-se seguras no meio tecnológico, o que é decisivo para a manutenção da condição de alienação. Nesse sentido, o sistema de exploração das informações e dos dados, conhecido também como “infocracia”, usa dos aparatos tecnológicos (como o caso do algoritmo das redes sociais) para influenciar e tornar cada vez mais previsíveis os comportamentos. Assim, não há como hesitar: o estado de dominação historicamente estabelecido no Brasil assume novos contornos, pois, com o advento da inteligência artificial, deixa de ser majoritariamente físico para ser, sobretudo, comportamental.



ANOTAÇÕES

Estamos juntos nessa!



CURSO
FERNANDA PESSOA
ONLINE

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.